

Racionamento paralisaria o País, prevê o empresário.

O Brasil pararia caso se decidisse pelo racionamento de derivados de petróleo, porque o perfil viário nacional é predominantemente rodoviário. Por isso, tudo leva a crer que só haverá racionamento se for declarada a moratória da dívida externa, segundo disse, ontem, o diretor superintendente da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Pedro Paulo Vieira Filho, durante exposição sobre a Participação da Empresa no Mercado de Capitais, no Hotel Eron, em Brasília.

Pedro Paulo enfatizou que tem convicção de que não haverá racionamento de combustíveis, apesar da situação difícil do Brasil no Exterior, em termos de crédito, e não visualizou sequer a adoção de novas medidas com a finalidade de reduzir o consumo dos derivados de petróleo. Segundo ele, o único inibidor do consumo de derivados, principalmente da gasolina, é o preço, e a atual política de preços, com o dólar-petróleo sempre equiparado ao câmbio oficial, é suficiente para provocar redução no consumo.

O empresário destacou, também, que a portaria do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), que limita a distribuição de derivados aos postos revendedores à média aritmética de venda desses postos do quadri-mestre do ano anterior, por si só já impede crescimento no consumo dos derivados de petróleo.

Considerando a hipótese remota de racionamento, Pedro Paulo mostrou que a situação da Ipiranga não sofreria grandes alterações, com base na declaração do diretor de comercialização da Petrobrás, Carlos Santana, segundo a qual, no caso de haver racionamento, os derivados da produção do petróleo nacional de 350 mil barris/ dia seriam distribuídos pelas duas distribuidoras nacionais, a Ipiranga e a Petrobrás Distribuidora.